



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Segurança Pública (CSP)

**Data da reunião:** 15/10/2024  
**Presidente:** Senador Sérgio Petecão

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<b>PL 3125/2020</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a prática dos crimes nela previstos pode ensejar, como efeitos da condenação ou como medida cautelar, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição da sua obtenção. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Fabiano Contarato	Favorável ao projeto.	<p>O PL visa a alterar a Lei de Drogas, para prever que, nos crimes nela previstos, quando praticados com o uso de veículo automotor, o juiz possa estabelecer como efeito da condenação a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição da sua obtenção. Ademais, se antes da sentença for necessário à garantia da ordem pública, poderá o juiz suspender a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.</p> <p>1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.</p>
2	<b>PL 16/2024</b> <b>Ementa:</b> Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais	Senador Sérgio Petecão	Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.	<p>O PL pretende instituir o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei 13.675/2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei 13.756/2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social. Dentre as disposições: a) detalha-se que o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública terá a finalidade de registrar os nomes desses profissionais destacados; b) determina-se que a definição de profissionais de segurança pública e de defesa social seguirá os parâmetros especificados na Lei 13.675/2018; c) estipula-se que a inscrição dos profissionais no Livro ocorrerá por meio de regulamento e se permite que tal inscrição ocorra postumamente, caso aplicável; d) determina-se que o Livro será exposto em local solene, conforme regulamento, e que estará disponível em formato digital nos sites dos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública; e) altera-se a Lei 13.675/2018, acrescentando critérios para a concessão de</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	<p>de segurança pública e defesa social.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Flávio Dino</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>			<p>prêmios aos profissionais de segurança pública e defesa social inscritos no Livro, como forma de reconhecimento oficial pelo Estado Brasileiro à sua excepcional dedicação e bravura; e f) inclui-se a concessão de premiações aos profissionais inscritos no Livro, reforçando a importância desse reconhecimento e estabelecendo que as despesas decorrentes da premiação correrão à conta do FNSP. Foi apresentada a Emenda nº 1-CSP, por meio da qual se busca estabelecer “critérios objetivos para a condecoração, evitando que a inscrição se dê de modo discricionário ou com base em critérios meramente políticos”. Além disso, a emenda fixa a competência do Congresso Nacional, por meio das comissões de segurança pública de cada Casa, para decidir sobre os nomes que serão inscritos no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e prevê a criação do Memorial da Segurança Pública.</p> <p>O relator é favorável à proposição e apresenta três emendas para: a) incluir as polícias penais, a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) e as secretarias estaduais de administração penitenciária ou congêneres no rol dos integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), excluindo a referência genérica a “órgãos do sistema penitenciário”; e b) alterar as referências ao termo “bravura” por “comprometimento e profissionalismo”. Ademais, manifesta-se contrariamente à Emenda nº 1-CSP, por entender que se trata de matéria que será mais adequadamente abordada em regulamento.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável;</p> <p>2. Em 13/8/2024, foi concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro;</p> <p>3. Em 3/9/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;</p> <p>4. Em 8/10/2024, foi lida complementação de voto pelo relator, Senador Sérgio Petecão, pela rejeição da Emenda nº 1;</p> <p>5. A votação será nominal.</p>
3	<p><b>PL 4805/2020</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para criar a medida excepcional de reserva da identidade das testemunhas.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Alessandro Vieira</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	<p>Senador Sergio Moro</p>	<p>Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.</p>	<p>O projeto tem por finalidade garantir a segurança das pessoas que representem contra atos ilícitos, de natureza cível ou criminal, e possam sofrer retaliações. Para tanto, prevê a possibilidade de o representante requerer a reserva da sua identidade, que consiste na confidencialidade da sua pessoa, dos seus dados pessoais e de seu paradeiro. Também são estabelecidas no PL as seguintes compensações, com vistas a equilibrar o contraditório e a ampla defesa: a) o juiz deve conhecer a identidade do informante e ter a possibilidade de observar o seu comportamento e a sua fiabilidade durante o depoimento; b) o réu ou seu defensor podem questionar indiretamente a testemunha, salvo sobre questões relacionadas com a sua identidade ou paradeiro atual; e c) o depoimento não deve ser o único ou decisivo fundamento para a condenação e deve ser avaliado em conjunto com as demais provas e as objeções da defesa. Além dessas inovações feitas na Lei 9.807/1999, no CPC e na Lei nº 8.112/1990, nesta última foi estabelecido que todo servidor público ou pessoa que preste serviço à Administração Pública, por qualquer vínculo, tem o dever de representar contra ato ilícito de interesse público, omissão ou abuso de poder de que tome conhecimento em razão do seu trabalho. Por fim, o PL revoga o parágrafo único do art. 116, da Lei 8.112/1990.</p> <p>O relator apresentou 4 emendas para: a) prever o dever de sigilo sobre os dados pessoais e o paradeiro de testemunha ou vítima protegida, sempre que for decretada a preservação da identidade; e b) tipificar como crime a conduta de quem revelar a identidade, dados pessoais, imagem ou localização de testemunha ou vítima cuja preservação da identidade for decretada.</p> <p>1. A votação será nominal.</p>

Item	Identificação da matéria
4	<p><b>REQ 49/2024 - CSP</b></p> <p><b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no estado do Pará, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Governo do Estado do Pará na busca e localização de pessoas desaparecidas e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas mais propositivo e assertivo por parte desta Comissão.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Damares Alves</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.  
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.  
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).